

Ainda há divergências, mas um acordo pode estar próximo

por Paulo Sotero
de Washington

William R. Rhodes, o presidente do comitê de bancos credores do Brasil, afirmou ontem, em Washington, que os banqueiros e os representantes do governo brasileiro estão muito perto e podem chegar a um acordo sobre o pacote de renegociação "a qualquer hora". Não se prevê, contudo, nenhum anúncio para antes desta sexta-feira e, entre executivos que participam das reuniões do comitê, as previsões apontam mais para um anúncio na semana que vem.

Embora Rhodes tenha afirmado que as duas partes têm feito progressos em algumas áreas de divergência nas negociações, outras fontes do comitê disseram a este jornal que as diferenças são ainda importantes, tanto entre os pró-

prios bancos quanto entre este e o governo brasileiro, em pelo menos quatro pontos.

A questão legal é vista, por alguns banqueiros, como um obstáculo importante. "Pela primeira vez, o governo brasileiro parece determinado em prevalecer nessa questão", comentou um banqueiro a este jornal. "Vários bancos, por sua vez, não estão dispostos a ceder. Embora não seja provável, não se deve afastar a hipótese de o acordo ser inviabilizado por essa divergência", afirmou o banqueiro, referindo-se à recusa do governo brasileiro de aceitar a inclusão de uma cláusula que torna possível o arresto dos ativos do Banco Central (BC) no exterior previamente à decisão judicial, em caso de disputa.

A outra dificuldade ainda não superada é a do grau

de vinculação do empréstimo dos bancos ao empréstimo que o Brasil deverá obter do Fundo Monetário Internacional (FMI), caso chegue a um acordo com a instituição. Neste particular, há dois problemas. Um é a percepção de que a economia brasileira não será estabilizada pelas medidas anunciamas pelo governo brasileiro, o que tornaria difícil o acordo com o FMI. Numa hipótese mais otimista, o outro problema é encontrar uma forma semântica de realizar, nos contratos, a proeza de conciliar a posição brasileira, que admite a coincidência mas rejeita a vinculação de desembolsos, e a posição dos bancos, que passaram a insistir na vinculação com intensidade ainda maior depois que o governo de Washington bloqueou a concessão pelo Banco Mundial (BIRD) de garantia a

uma parte dos empréstimos.

Entre os credores, há ainda duas questões a serem resolvidas: uma é a escolha da data-base que será usada para o cálculo da participação de cada banco. Os bancos japoneses, que não venderam seus empréstimos no mercado secundário e mantiveram constante seu risco brasileiro como país, acham que, por uma questão de justiça, a data-base deve ser 1982. Os demais bancos, que se desfizeram de uma parte de seus ativos brasileiros, preferem uma data mais recente.

Outra questão complicada entre os bancos é a insistência de europeus e árabes na inclusão, no cardápio de opções, de uma cláusula que permita a capitalização dos juros. Os americanos e canadenses resistem.